



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º PUBLI CADO NO D. O. U.  
C Da 07 / 07 / 1998  
C stolutino  
Rubrica

148

Processo : 11007.000709/94-05  
Acórdão : 202-09.720

Sessão : 08 de dezembro de 1997  
Recurso : 101.233  
Recorrente : ZAMBERLAN, MINUSSI & CIA. LTDA.  
Recorrida : DRJ em Santa Maria - RS

**COFINS** - Falta de recolhimento, apurada nos livros e documentos fiscais da fiscalização, sem qualquer contestação quanto aos valores ou à causa. Pedido de exclusão dos acréscimos legais sem qualquer respaldo. **Recurso provido em parte, para reduzir a multa.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: ZAMBERLAN, MINUSSI & CIA. LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a multa, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1997

Marcos Vinícius Neder de Lima  
**Presidente**

Oswaldo Tancredo de Oliveira  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Tarásio Campelo Borges, José de Almeida Coelho, Antônio Sinhiti Myasava, José Cabral Garofano e Hélio Escovedo Barcellos.

CHS/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 11007.000709/94-05

**Acórdão :** 202-09.720

**Recurso :** 101.233

Recorrente : ZAMBERLAN, MINUSSI & CIA. LTDA.

## RELATÓRIO

Em fiscalização levada a efeito junto ao estabelecimento da firma acima identificada, foi apurado pelo auditor fiscal que a mesma deixou de efetuar o recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS, relativa aos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro a julho de 1994.

A falta foi apurada à vista do livro Registro de Apuração do ICMS (folhas de cópias anexas), nos valores constantes do demonstrativo anexo a essa descrição dos fatos.

Segue-se a fundamentação legal da exigência, com a informação de que a correção monetária e multas aplicáveis, constam também dos demonstrativos de cálculo que instruem o feito.

O crédito tributário assim exigido é formalizado mediante o auto de infração de fls. 43, com indicação dos valores componentes (principal, juros de mora e multa proporcional) e intimação para seu cumprimento, ou impugnação, no prazo da lei.

Impugnação tempestiva, com as alegações que sintetizamos.

Depois de se referir à exigência e à denúncia fiscal, diz que os autuantes apenas constataram a falta de recolhimento da aludida contribuição, no período indicado.

Feita a constatação e sem nenhum tipo de pesquisa, além do principal, lhe foram exigidos multa de 100% e mais juros de mora de 1% ao mês.

Diz que não se resigna com a exigência em causa, no que diz respeito aos acréscimos, já que se trata de simples “*conferência de elementos que confirmaram a falta de recolhimento*”, sem qualquer “*legítima*” infração fiscal.

Protestando contra a multa, invoca o art. 985 do RIR, para dizer que, se multa houvesse, esta não poderia ser superior à multa de mora do 20%.

Finaliza pedindo a reformulação do auto de infração, com extinção dos juros de mora e da multa.

A decisão recorrida, depois de descrever os fatos, refere-se à impugnação e passa a fundamentar o decisório, como resumimos.



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 11007.000709/94-05

**Acórdão :** 202-09.720

Preliminamente, invoca e transcreve o art. 7º do Decreto nº 70.235/72, sobre o início do procedimento fiscal previsto no citado dispositivo, que é transcrito, com o subsequente lançamento de ofício.

Depois, quanto à multa proposta, invoca e também transcreve o art. 4º da Lei nº 8.218/91, para os casos do lançamento de ofício, como é a hipótese dos autos.

Finalmente, passa ao art. 161 do Código Tributário Nacional, no que diz respeito aos juros de mora.

Conclui, declarando que todos esses preceitos de lei foram cumpridos e aplicados no caso.

Por essas razões, mantém integralmente a exigência constante do auto de infração.

Recurso tempestivo a este Conselho, no qual a recorrente, depois de se referir à decisão recorrida, reitera os seus processos contra a exigência, acrescentando que o Termo de Início de Fiscalização só existe por informação da Fiscalização autuante, sem ter dela a Suplicante conhecimento, a não ser por constar da peça fiscal.

Reitera que houve apenas uma “*revisão sumária*”, fruto de um controle administrativo da Receita Federal, quando na própria repartição foi constatado que a Suplicante não havia recolhido a COFINS, nos períodos indicados.

Insiste na sua contestação ao montante da multa, tornando a invocar o cabimento da multa moratória prevista no art. 985 do RIR.

Afinal, já então, pede “*o arquivamento da peça fiscal objeto do presente recurso, dele extraíndo-se a multa e os juros de mora*”.

Pronunciamento do Procurador da Fazenda Nacional, em contra-razões, contendo a descrição dos fatos e referindo-se à decisão recorrida, que deve ser integralmente mantida, com improviso do recurso.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 11007.000709/94-05

Acórdão : 202-09.720

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSWALDO TANCREDO DE OLIVEIRA

Conforme relatado, de um lado temos os fatos denunciados, com a constatação do não recolhimento da contribuição, nos valores extraídos dos livros e documentos fiscais da recorrente, cujos valores, tampouco a ocorrência, não foram contestados.

Por outro lado, a decisão recorrida demonstrou a fundamentação legal da exigência em questão, item por item, com transcrição dos dispositivos em que a mesma se baseou.

No presente recurso, a recorrente simplesmente reitera as suas alegações, sem qualquer fundamento, pedindo a exclusão dos acréscimos legais, sob fundamentos não aceitáveis.

Por essas razões, reportando-nos à bem elaborada decisão recorrida, voto pelo provimento parcial do recurso, para reduzir a multa de ofício para 75%.

Sala das Sessões, em 08 de dezembro de 1997

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Oswaldo Tancredo de Oliveira".

OSWALDO TANCREDO DE OLIVEIRA